



Serviço Público Federal - Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Curso de Licenciatura em Educação do Campo
Ciências Humanas e Sociais
Campus Rolim de Moura



NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM ALTO ALEGRE DOS PARECIS¹

Luciano de Souza Alves²

Fernando Bilhalva Vitória³

Everaldo Lins de Santana⁴

RESUMO

Este trabalho pretende indicar breves notas sobre a Educação do Campo em Alto Alegre dos Parecis/RO, apresentando alguns registros de sua implantação e implementação e a relevância que tal modalidade de ensino exerce para o campesinato. O objetivo geral é apresentar a Educação do Campo em Alto Alegre dos Parecis, a metodologia consistiu em referência bibliográfica e visita às escolas do campo para coleta de dados e informações, além disso, neste trabalho constam os seguintes pontos: Educação do Campo no Estado de Rondônia, Educação do Campo em Alto Alegre dos Parecis, formação de professor, mediação tecnológica, cursos de nível superior para professores que atuam na Educação do Campo em Alto Alegre dos Parecis e considerações finais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo. Formação de professores. Mediação Tecnológica. Curso de nível superior.

INTRODUÇÃO

A contribuição dos movimentos sociais do campo, no final do século XX, é relevante

¹Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

²Graduando do Curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: lucianodsa1@hotmail.com

³Orientador professor adjunto da Universidade Federal de Rondônia no Departamento de Educação do Campus de Rolim de Moura/RO. Doutorado em Educação pela UFPel/2016, Mestrado em Educação pela UFRGS/2011 e graduação em Filosofia pela UCPel/2003. E-mail: fernandobihalva@unir.br

⁴Coorientador Professor de Filosofia formado pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Ciência da Linguagem, Etnolinguística Africanista pela UNIR. E-mail: elinsdesantana@gmail.com

para a construção de uma educação que leve em consideração os valores culturais das populações que vivem no campo, o que possibilita um 'novo' modelo de educação em harmonia com as características culturais, os direitos sociais e as necessidades da vida dos camponeses.

Na Constituição Federal de 1988, a educação torna-se um direito de todos e dever do estado. Em uma análise feita, mesmo que de forma genérica, nas Constituições Federais de 1824; 1891; 1943; 1937; 1946; 1967 e a atual de 1988, não se percebe abordagem da educação do campo, mesmo o Brasil sendo um país que se originou de meio rural.

Segundo o Ministério da Educação (2001, p. 3):

No Brasil, todas as constituições contemplaram a educação escolar, merecendo especial destaque a abrangência do tratamento que foi dado ao tema a partir de 1934. Até então, em que pese o Brasil ter sido considerado um país de origem eminentemente agrária, a educação rural não foi sequer mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891, evidenciando-se, de um lado, o descaso dos dirigentes com a educação do campo e, do outro, os resquícios de matrizes culturais vinculadas a uma economia agrária apoiada no latifúndio e no trabalho escravo.

Uma educação que contemple o direito de todos ao acesso e à permanência na escola, que está consagrada na Constituição Federal brasileira de 1988 (art. 206), que aponta a necessidade de elaboração, financiamento, implementação e avaliação de políticas públicas. Tais tarefas de natureza cultural, educacional e científica devem corroborar pela busca da universalidade na sua efetivação pelo respeito às diferenças como princípio de combater à exclusão, principalmente quando se trata das comunidades campesinas oriundas das terras indígenas, quilombolas, ribeirinhas, das florestas, entre outras.

Mas, essa situação só começou a ganhar novos contornos com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB, utilizada na legislação educacional brasileira, é apresentada no capítulo II, artigo 28, a possibilidade de um ensino voltado às peculiaridades do campo possibilitando às instituições de ensino, que nele atua, uma adequação em seu currículo.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, p. 35).

Nesse cenário marcado pelas contradições da luta de classe, por uma educação de qualidade para os trabalhadores rurais, destacamos a importância da primeira Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, ocorrida em Luziânia-Go, de 27 a 31 de julho de 1994.

A primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo foi um processo de reflexão e de mobilização do povo em favor da uma educação que leve em conta, nos seus conteúdos e na metodologia, o específico do campo. Esse processo foi iniciado no final do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária [I Enera], promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST], em julho de 1977, em Brasília, em parceria com diversas entidades, como a Universidade de Brasília [UnB], o Fundo das Nações Unidas para a Infância [Unicef], a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura [Unesco] e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil [CNBB] (KOLLING, NÉRI, MOLINA, 1999, p. 13).

Estes acontecimentos têm sido um divisor de águas na educação do campo, no Brasil, proporcionando um ‘novo’ olhar para esse contexto educacional envolvendo organizações e pesquisadores que lutam em coletividade por práticas pedagógicas que dê visibilidades ao campo e suas populações para que não sejam representados na legislação educacional e documentos que versam sobre a mesma de forma estereotipada e preconceituosa. É importante mencionar que o trabalho aqui desenvolvido cujo o título é Notas sobre a Educação do Campo em Alto Alegre dos Parecis tem sua importância por não haver nenhum registro de trabalho dessa natureza mesmo que seja superficial dando conta de como a educação do campo em Alto Alegre se estabeleceu, o que existe são informações esparsas, pontuais e descontraídas. Estas notas estão organizadas da seguinte maneira: A Educação do Campo no Estado de Rondônia, trata de situar de forma superficial a Educação do Campo no estado de Rondônia; Educação do Campo¹ em Alto Alegre dos Parecis, mencionando a Educação do Campo no município, seu desenvolvimento e sua dinâmica; formação de professor, discute a questão específica de professor para trabalhar na Educação do Campo, suas congruências e incongruências; mediação tecnológica, tentativa de discutir a educação tecnológica no espaço campesino; cursos de nível superior para professores que atuam na Educação do Campo em Alto Alegre dos Parecis, apresenta um registro dos cursos de nível superior que promovem a formação de educadores para atuação em escolas do campo e considerações finais.

¹ O surgimento da expressão “Educação do Campo” pode ser datado. Nasceu primeiro como Educação Básica do Campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004. (CALDART, 2012, pg.259-260).

1 EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DE RONDÔNIA

O estado de Rondônia, um dos mais novos estados brasileiros, sua criação e instalação deram-se nos anos de 1981 e 1982. Situado na Região Norte, tem como limites os estados do Mato Grosso (a leste), Amazonas (ao norte), Acre (a oeste) e os estados do Mato Grosso (a leste), Amazonas (ao norte), Acre (a oeste) e a República da Bolívia (a oeste e sul).

Com uma área de 237.576,167 km² e uma população de 1.757.589 habitantes (segundo dados do IBGE/2018).

O estado é composto em sua maioria pelos povos indígenas, afrodescendentes e brancos.

É um estado forte no setor primário, agricultura e pecuária, não esquecendo dos setores secundário com as indústrias e o setor terciário composto pelo comércio e a prestação de serviços.

Considerando o estado com a tendência de vínculo com o campo, a zona rural, em razão da sua natureza, seu desenvolvimento está ligado a uma educação tanto urbana quanto rural, no que tange ao elemento campesinato, a educação nessa região, isto é, com ensino do campo, se deu, de uma forma geral, levando em referência os seguintes pontos:

Embora a criação e a instalação do estado de Rondônia tenham se dado respectivamente nos anos de 1981 e 1982, a migração para a região é anterior a essas datas. As famílias chegavam de todas as partes do Brasil com seus filhos em idade escolar, eram assentadas em lotes distantes da cidade, fato este que impossibilitava a continuidade de seus estudos.

A necessidade e a carência de escolarização de ensino sistematizado ofertado pelo estado se fez urgente, emergente, isso mobilizou as pessoas no sentido de solicitar, exigir uma resposta da Secretaria Estadual de Educação.

Em razão disso, as instituições educacionais observando, constatando, fazendo um levantamento do que de educação e ensino existiam no período de território até a criação do estado, com o intuito de desenhar uma política pública educacional que atendesse adequadamente a população, assim, verificou-se a existência de educandários, escolas de ensino fundamental e médio, usando a nomenclatura atual, associados a conteúdos escolares urbanos e rurais sem valorização nem ênfase nas particularidades culturais específicas do meio rural, da zona campesina.

[...] Do campo: “o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (ibid.), assumida na perspectiva de continuação da “luta histórica pela constituição da educação como um direito universal” (ibid.), que não deve ser tratada nem como

serviço nem como política compensatória e muito menos como mercadoria. (CALDART, 2012, p. 266)

Embora a educação do campo em Rondônia se fazia no seu aspecto urbano e rural, o ensino no campo ficou prejudicado no que diz respeito a sua especificidade. A modalidade no que toca a escolaridade rural¹, ela se dizia ensino rural nas comunidades rurais, ribeirinhas, quilombolas, povos da floresta, indígenas. Associa-se a isso um cenário educativo rural não favorável à populações não urbana tais como formação de professores com ênfase em conteúdo urbano e não rural; docentes com lacunas formativas pedagógicas dos saberes e fazeres camponeses², escolas e metodologias alheias à dinâmica do campo; alunos formados para a cidade e não para o campo, pouco entendimento da positividade da fixação do jovem ao campo.

Tomando isso como parâmetro, o sistema de ensino rondoniense esboça uma série de ações concretizadas em eventos pedagógicos, visando a equacionar alguns problemas anteriormente mencionados.

Por meio dos interesses das autoridades educacionais em solucionar ou amenizar as dificuldades apresentadas, o Conselho Nacional de Educação emite a Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, que Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, vale salientar que jovens, movimentos sociais e igrejas se mobilizaram em prol de uma educação séria no meio rural; a Resolução CNE/CEB n° 2/2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo; Decreto n° 7.352, de 4 de novembro de 2010,

¹Para definir educação rural é preciso começar pela identificação do sujeito a que ela se destina. De modo geral, “o destinatário da educação rural é a população agrícola constituída por todas aquelas pessoas para as quais a agricultura representa o principal meio de sustento” (Petty, Tombim e Vera, 1981, p. 33). Trata-se dos camponeses, ou seja, daqueles que residem e trabalham nas zonas rurais e recebem os menores rendimentos por seu trabalho. Para estes sujeitos, quando existe uma escola na área onde vivem, é oferecida uma educação na mesma modalidade da que é oferecida às populações que residem e trabalham nas áreas urbanas, não havendo, de acordo com os autores, nenhuma tentativa de adequar a escola rural às características dos camponeses ou dos seus filhos, quando estes frequentam (CALDART, 2012, p. 295).

²A compreensão do que seja um campesinato no Brasil continua a ser objeto de um amplo debate e de acirradas disputas políticas, que envolve, entre outros, pesquisadores acadêmicos, formuladores de política e os distintos movimentos sociais. Está em questão o lugar social destes agricultores, que se expressa por meio do significado que se atribui às categorias “campesinato”, “agricultura familiar” e “agronegócio”.

No Brasil, a referência ao campesinato assume dupla conotação. Por um lado, o campesinato corresponderia, para muitos, às formas mais tradicionais da agricultura, realizadas em pequena escala, dispendendo de poucos recursos produtivos, pouco integrado ao mercado e à vida urbana e frequentemente identificado à incivilidade e ao atraso econômico e social. Neste sentido, ele se distinguiria da agricultura familiar, a qual, apesar de ter também condições de produção restritas, estaria mais integrada às cidades e aos mercados. Por outro lado, a palavra “camponês” carrega um forte conteúdo político, pois ela é frequentemente associada ao movimento camponês, que foi duramente perseguido, como “subversivo” pelos governos militares, que dirigiram o Brasil de 1964 a 1985. A busca de uma expressão politicamente mais “neutra” levou, nesse período, a que fossem adotadas, oficialmente, denominações como “pequenos produtores”, “agricultores de subsistência”, “produtores de baixa renda” que, além de imprecisas, carregavam um forte conteúdo depreciativo (WANDERLEY, 2015, p S030).

dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA objetiva-se na democratização da educação para os trabalhadores/as da reforma agrária, respeitando as particularidades dos sujeitos sociais e, paralelamente, contribuindo para a permanência dos agricultores no campo, tendo o desenvolvimento sustentável como principal resultado desse processo; Resolução n.º 958/11 – CEE/RO, de 16 de novembro de 2011, fixa normas para a oferta da Educação Básica nas Escolas do Campo pertencente ao Sistema Estadual de Ensino de Rondônia (referência), ela vem consolidar a implantação e implementação da educação do campo no estado.

Os documentos mencionados acima, que tratam genericamente da dinâmica da educação do campo, careciam de uma postura mais consistente no que diz respeito à formação, qualificação de professores para esta modalidade de ensino, na tentativa de amenizar tal situação, a SEDEC - Secretaria de Estado da Educação através da coordenação de educação do campo, promovia encontros pontuais, visando a capacitação dos referidos profissionais, além disso, o órgão educacional desenvolvia ações no sentido de estimular a CRE - Coordenadoria Regional de Educação, acrescenta-se que também o sistema educacional brasileiro acompanhava, em cada CRE, como funcionava a educação em suas respectivas jurisdições.

Tendo em vista a carência de formação de docentes para o campo, surgiram iniciativas positivas para a constituição de cursos voltados para a realidade campesina tais como Pedagogia da Terra-UNIR, recentemente, os cursos Licenciatura em Educação do Campo e Licenciatura em educação Básica Intercultural da mesma instituição.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO EM ALTO ALEGRE DOS PARECIS.

O município de Alto Alegre dos Parecis/RO fora criado no dia 22 de junho de 1994, através da Lei estadual nº 570/94, desmembrado dos municípios de Alta Floresta D'Oeste e Cerejeiras, geograficamente, está localizado na região sudeste do Estado, com seus respectivos limites, ao Norte: Estado do Amazonas; ao Sul, República da Bolívia; à Leste, Estado do Mato Grosso; à Oeste: Acre e a República da Bolívia, com uma área correspondente a 3.958,273 km² (IBGE - 2016), sua economia baseia-se nos três setores: setor primário com plantação e exploração de cacau, arroz, milho, banana, café, feijão, mandioca, tomate, soja, girassol, pimenta do reino, entre outras; a piscicultura, pecuária, a bovinocultura de corte e bovinocultura de leite, suínos, além de outras criações.

O setor industrial é composto por marcenaria, secadores, farinheira, cerealista e usinas hidrelétricas.

Por último, o setor terciário com supermercados, farmácias, postos de gasolina, representação de alguns bancos, correios, lojas de variedades, de construção, de confecções, panificadoras, cartório, hotelaria, sorveterias, restaurantes entre outros estabelecimentos.

Quanto às escolas e à educação no município de Alto Alegre dos Parecis/RO, existem uma creche, uma escola de educação infantil, sete escolas de ensino fundamental, uma escola pública estadual e um centro educacional coordenado pela APAE

O município tem sua população estimada em 13.993 habitantes (IBGE-2016).

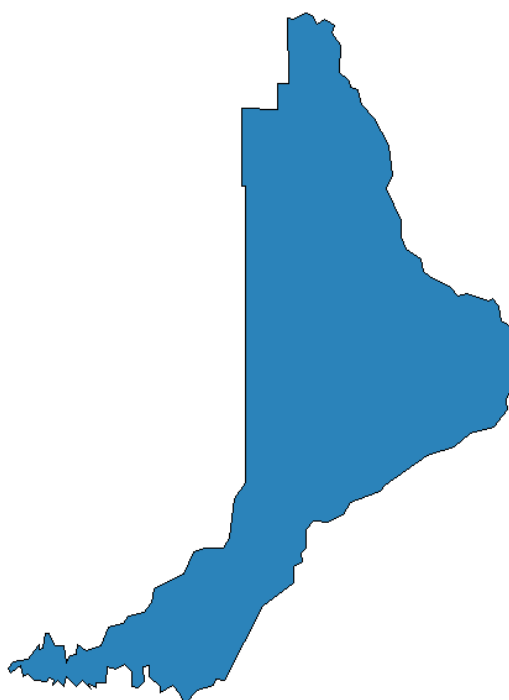


Figura 1 - Mapa de Alto Alegre dos Parecis.
Fonte: mapa do PNUD, 2007.

Sendo o município eminentemente agrícola desde o período de sua colonização, uma quantidade expressiva de sua população encontra-se na área rural, isso faz com que os primeiros núcleos educacionais surgissem nesse espaço.

No que diz respeito à educação no município, o espaço escolar ou as escolas inicialmente eram multisseriadas (multigraduadas) correspondente ao Ensino Fundamental I, por volta da década de 80, circunscreviam nas Linhas, a modalidade do Ensino Fundamental II, embora funcionando nas Linhas, estavam a cargo das escolas-polo¹, década de 1990. Vale

¹Escolas-polo foram criadas na década de 1990, objetivavam oferecer o Ensino Fundamental II para os alunos das Linhas que regressavam às escolas como também responder a um anseio de escolarização em razão do aumento populacional.

salientar que a escola estadual Artur da Costa e Silva também contemplava, no perímetro urbano, o ensino Fundamental e Médio, na nomenclatura atual.

Mesmo após o funcionamento do Ensino Fundamental, no campo, a educação básica em Alto Alegre se encontrava incompleta devido à inexistência do Ensino Médio e sua efetivação se deu depois de muitas reivindicações da comunidade que não media esforços para que fosse implantado o Ensino Médio do Campo com a finalidade de atender aquela demanda educacional, dando oportunidades aos alunos que concluíam o ensino fundamental a permanecerem no espaço campesino, sem que os mesmos necessitem se descolar até o centro da cidade ou até mesmo migrarem para outros municípios.

Então, no ano de 2002, em sintonia com a RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, o governo do Estado, em parceria com o governo municipal, iniciou um projeto em caráter experimental denominado “Projeto de Ensino Médio no Campo – PEMEC” que passou a atender alunos da área rural com o Ensino Médio do Campo, estendendo, com isso, a universalização do ensino.

Conforme citado acima, o Ensino Médio do Campo, no município de Alto Alegre dos Parecis, tem seu início mediante o seguinte documento:

Portaria nº 764/GAB/SEDUC de 23 de dezembro de 2002.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, em caráter experimental, o “PROJETO DE ENSINO MÉDIO NO CAMPO – PEMC” e autoriza seu funcionamento para oferta do Ensino Médio, com organização diversa, desenvolvido em 03 (três) séries, objetivando atender à clientela da zona rural, dos Municípios de Alta Floresta d’Oeste e Alto Alegre dos Parecis, com parceria com as Secretarias Municipais de Educação.

§ 1º A autorização de funcionamento tratada neste artigo terá vigência até o encerramento do ano letivo de 2004 (RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002.).

O Projeto de Ensino Médio no Campo – PEMC, no município de Alto Alegre dos Parecis, tem seu início no ano de 2002 em formato experimental como o projeto prevê duração de 2 (dois) anos 2002 até 2004, isso significa dizer que, com as informações que se tem atualmente, a não suspensão do referido projeto, a ideia se consolidou o que se evidencia com a existência da modalidade em funcionamento em 4 (quatro) instituições de ensino sendo elas: E.M.E.F. Dom João Paulo I; E.M.E.F. Euzébio de Queiroz; E.M.E.F. Fernando Sabino e E.M.E.F. Silva Jardim, por meio de um termo de cooperação entre Estado e município para

atender aos educandos residentes na área rural, facilitando assim sua mobilidade até as entidades de ensino, devido ao fato do estado não possuir escolas na área rural.

A Secretaria de estado da Educação, SEDU/RO, ao desenvolver políticas públicas educacionais, em parceria com o município e o Governo Federal, para organizar e implementar a Educação do Campo no município de Alto Alegre dos Parecis, amplia sua área de atuação na educação pública do Estado, este feito tem por premissa que o estado de Rondônia, ao aderir ao PEMEC, a prática educacional deve estar em consonância com a teoria, facilitando a construção de novas descobertas no mundo do conhecimento.

[...] o conceito de Educação do Campo estender-se para além da dimensão escolar, reconhecendo e valorizando as diferentes dimensões formativas presentes nos processos de reprodução social nos quais estão envolvidos os sujeitos do campo, parte relevante deste movimento tem se dado em torno da luta pela redução das desigualdades no direito à educação escolar no território rural (CALDARTE, 2012, página 468).

Com base nesses preceitos, a educação do campo tem como protagonista o sujeito construtor de sua própria história e libertação, postulando novas concepções de educação envolvendo tudo o que o cerca como fator educativo as lutas, a arte, produção, trabalho e organização social.

Podemos, então, equacionar que a educação do campo ressalta peculiaridades particular, quando fazemos um percurso de forma retroativa, é possível perceber que a educação nasce no seio da família, pois tal educação era transmitida através da oralidade, a forma de produção de alimentos seguia o mesmo ritmo.

Ao falamos em educação do campo como projeto societário o qual configura-se na possibilidade de construir-se uma sociedade que venha se impor a toda forma de opressão e escravidão do trabalho, a educação camponesa é sinônimo de uma educação voltada à realidade de seu público e à discursão das práxis, uma conduta importante para o entendimento das epistemologias dos projetos de educação do campo, onde os conteúdos curriculares e as metodologias dialoguem com os estudantes; a organização escolar adequada; adaptação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e também ajustamento à natureza do trabalho no âmbito rural.

O ensinar se caracteriza como uma troca de experiência, respeitando os conhecimentos de cada educando que adquire conforme a realidade individual de cada cultura vivenciada na sua região, comunidade e família.

A educação do campo se contrapõe à educação no campo devido a mesma não ser pensada para os trabalhadores, a população campesina, desenvolvida da mesma forma como

acontece nas escolas localizadas no espaço urbano com os mesmos livros didáticos, desvalorizando sua identidade, organização política, e a base de trabalho, não se questiona quem é o sujeito trabalhador do campo, a sua cultura, os seus costumes enfim o seu modo de vida, se deslocando das necessidades e da realidade, com ensinamentos de forma inadequada, não fazendo referência ao campo ao seu ambiente e a sua população, são representados de forma estereotipada e preconceituosa. Neste caso a educação no campo não está sendo contemplada com a seguinte citação:

Art. 6º [...] apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo, considerando os saberes próprios das comunidades, em diálogo com os saberes acadêmicos e a construção de propostas de educação no campo contextualizadas (DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010, p. 391-392).

Os saberes do campo, com sua peculiaridade, não devem estar desassociados dos conteúdos escolares.

Breve informações sobre as escolas mencionadas do campo.



Figura 2 – E.M.E.F. Dom João Paulo I.
Fonte: SANTANA, GONÇALVES e ALVES, 2012.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom João Paulo I foi criada pela Lei Municipal nº 716/90, seu nome faz menção ao Papa João Paulo I (1912-1978), está localizada na Linha 110, distrito de Vila Bosco medindo 17x25 metros, construção de madeira, coberta com telha Eternit, piso comum. Contendo 05 salas de aula, 01 cozinha, 01 sala de direção, 01 sala de professores, container dividido em três compartimentos para aulas de mediação

tecnológica, 02 banheiros, pátio coberto. Terreno totalizando 2.500m². Em 1997 começou a funcionar o Pro - Campo métodos de ensino modular sendo uma vez por semana já em 1998 atendia a clientela em dois dias semanais e entre 2003 a 2004 passou a ter o ensino regular onde já começou a atender o ensino médio com a parceria do Estado. Distância de 80 Km da Secretaria Municipal de Educação.

Atende a uma demanda de 95 alunos do Ensino Fundamental distribuídos nos dois períodos matutino e vespertino e 24 alunos do Ensino Médio (Mediação Tecnológica) no período vespertino.

A escola recebe alunos do povo Sakurabiat da terra indígena Mequéns e também alunos dos seguintes municípios: Chupinguaia, Corumbiara, Parecis e Pimenteiras.



**Figura 3 – E.M.E.F. Euzébio de Queiróz.
Fonte: SANTANA, GONÇALVES e ALVES, 2012.**

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Euzébio de Queiróz, seu nome homenageia o conselheiro Euzébio de Queiróz Coutinho Matoso Câmara (1872-1868), está localizada na linha P-26, 12 Km separa a escola da Secretaria Municipal de Educação, foi criada através da Lei nº 029/98. No ano 1983 onde só atendia os alunos do ensino fundamental das series iniciais da 1ª a 4ª serie mas o seu registro oficial só se deu em 17 de maio de 1997 tendo como a primeira diretora através de indicação do executivo municipal Roseli Aparecida Francisca da Silva (in memoriam) seu primeiro mandato neste período de 1997 funcionava o Pro-Campo métodos de ensino modular sendo uma vez por semana já em 1998 atendia a clientela em dois dias semanais e entre 2003 a 2004 passou a ter o ensino regular onde já começou a atender o ensino médio com a parceria do Estado. Estrutura física sala de direção, cozinha, 3 banheiros,

3 salas de aulas (com ar-condicionado), 1 sala de vídeo, sala dos professores, 1 sala para Atendimento Educacional Especializado - AEE construídas em alvenaria (material) e 5 salas construídas em madeira (com ventilador de teto), container dividido em três compartimentos para aulas de mediação tecnológica, pátio coberto, 2 bebedouros e horta.

Sua demanda é 176 alunos do Ensino Fundamental, distribuídos nos períodos matutino e vespertino e o Ensino Médio (Mediação Tecnológica) com 34 alunos, o 1º ano estuda no período matutino e os 2º e 3º anos no período vespertino.



Figura 4 – E.M.E.F. Fernando Sabino.
Fonte: SANTANA, GONÇALVES e ALVES, 2012.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Fernando Sabino foi criada pela Lei Municipal nº 026/98, o nome é uma homenagem ao escritor Fernando Sabino Tavares (1923-2004), está localizada na Linha P. 40, distância de 45 km da Secretaria Municipal de Educação, numa área de 168m², construção em madeira, coberta com telha Eternit, piso comum, contendo 06 salas de aulas, um container dividido em três compartimentos para aulas de mediação tecnológica, cozinha, 02 banheiros, com pia e vasos sanitários área coberta, sala dos professores, sala da direção. Terreno totalizando 2.500m². Em 1997 começou a funcionar o Pro-Campo métodos de ensino modular sendo uma vez por semana já em 1998 atendia a clientela em dois dias semanais e entre 2003 a 2004 passou a ter o ensino regular onde já começou a atender o ensino médio com a parceria do Estado.

Atende a uma demanda de 179 alunos do Ensino Fundamental distribuídos nos dois períodos matutino e vespertino e 29 alunos do Ensino Médio que estudam no período vespertino e entre eles também estão índios Sakurabiat da terra indígena Baixa Verde.



Figura 5 – E.M.E.F. Silva Jardim.
Fonte: SANTANA, GONÇALVES e ALVES, 2012.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Silva Jardim foi criada pela Lei Municipal nº 034/98, seu nome é um reconhecimento ao escrito, jornalista e político Antônio da Silva Jardim está localizada na Linha P. 44, km 12, numa área de 168m², construção em madeira, coberta com telha Eternit, piso comum. Contendo 11 salas de aula, um container dividido em três compartimentos para aulas de mediação tecnológica, cozinha, banheiro, sala de professores e direção, totalizando 2.500m². Em 1997 começou a funcionar o Pro-Campo, método de ensino modular, sendo uma vez por semana, já em 1998, atendia a clientela em dois dias semanais e entre 2003 a 2004 passou a ter o ensino regular onde já começou a atender o ensino médio com a parceria do Estado.

Atende a uma demanda de 290 alunos do Ensino Fundamental divididos nos dois períodos matutino e vespertino e também 56 alunos no Ensino Médio no período vespertino.

Quadro dos conteúdos curriculares das escolas do Campo do Estado de Rondônia.

Quadro 1 - Grade Curricular – Ensino Médio do Campo



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ANEXO I

GRADE CURRICULAR – Ensino Médio do Campo

Para atender a Zona Rural que compreende os espaços da Floresta, Agropecuária, Ribeirinhos, Pesqueiros, Extrativistas e Quilombolas, Distritos e Pequenos Povoados de difícil acesso.

COMPONENTES CURRICULARES		ANOS/CARGA HORÁRIA						Carga Horária Total
		Base Nacional Comum			Parte Diversificada			
		1º	2º	3º	1º	2º	3º	
Área de conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa/Literatura	02	02	03				280
	Arte	01	01	01				120
	Língua Estrangeira Moderna – Língua Inglesa				01	01	01	120
	Língua Estrangeira Moderna – *Língua Espanhola				01	01	01	120
	Educação Física	01	01	01				120
Área de conhecimento: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Matemática	02	02	02				240
	Química	02	02	02				240
	Física	02	02	02				240
	Biologia	02	02	02				240
Área de conhecimento: Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	02	02	02				240
	Geografia	02	02	02				240
	Sociologia	01	01					80
	Filosofia	01	01					80
	História do Estado de Rondônia						01	40
	Geografia do Estado de Rondônia						01	40
	Noções Básicas de Agroecologia e Zootecnia - NBAZ				01	01		80
Sub-total		18	18	17	03	03	04	2520
Total Geral		21	21	21	-	-	-	

*Fora da Carga Horária Anual por ser facultativa ao aluno e de oferta obrigatória pela escola. Lei n. 11.161/05

INDICADORES:

Dias Letivos Anuais: 200 dias

Nº de Aulas Semanais: 21 aulas de 60 minutos

Módulo – Recreio: 15 minutos

Dias Letivos Semanais: 05

Módulo – Semana: 40 semanas

Fonte: SEDUC - Rolim de Moura. 2019.

Os dados, as informações do quadro, aplicam-se às 4 (quatro) escolas do campo no município de Alto Alegre dos Parecis.

3 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

Atendidas as exigências administrativas no que tange à implantação e implementação da Educação do Campo na cidade de Alto Alegre dos Parecis com construção de escolas/espços, escolares e organização de material escolar, didático administrativo e pedagógico, mesmo que de forma lacunar, a SEDUC e Secretaria Municipal, em parceria, tomam iniciativas visando à formação inicial e continuada dos professores.

A formação de professores era realizada pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, encontros pontuais que havia de Educação do Campo cuja temática relacionava com a Educação do Campo. Isso em razão de uma combinação de duas decisões do sistema educacional, concretizadas, os instrumentos legais, resoluções 2002 e 2008 estabelecendo políticas públicas voltadas para o Ensino Médio do Campo, entre as quais, havia um item relacionado com a formação inicial e continuada de professores.

Ressalva-se, entretanto, que em razão da inexistência de profissionais qualificados para ensino do campo, utilizava-se o recurso de remanejamento, de aproveitamento de professores de diversas disciplinas para atender a modalidade de ensino mencionada.

A mencionada política visava a atender também os estudantes no sentido de fornecer material didático-pedagógico e acompanhamento pedagógico e administrativo.

Quanto ao material, utilizava-se para conteúdo específico, para a educação do campo, a obra NBAZ (Noções Básicas de Agroecologia e Zootecnia), livro utilizado no ensino médio do campo, o mesmo foi objeto de avaliação com o objetivo de continuar ou não com seu uso, para isso, foram ouvidos professores que trabalhavam na área de conhecimento específico, ciências humanas e suas tecnologias, que, avaliando o livro, concluíram por modificações para mantê-la como material didático, visando também à qualidade do aprendizado dos educandos, visitas de acompanhamento eram feitas por coordenadores responsáveis pela Educação do Campo do Estado.

4 A MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA (EMMTEC)

O desenvolvimento tecnológico é visível e vem crescendo ao ponto de se tornar irreversível, mediante o avanço científico e do progresso tecnológico, que, gradativamente, vai ganhando espaço em todos os setores da sociedade e também vem se expandindo consideravelmente nos sistemas educacionais.

O ensino presencial por Mediação Tecnológica é um exemplo disso, é um projeto educacional desenvolvido pelo governo de Rondônia, conforme a Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB nº 9394/1996, as Resoluções nº 04/2010-CNE/CEB, nº 2/201-CNE/CEB, a Resolução nº 095/2003 e a nº 1166/13-CEE/RO,

RESOLVE:

Art. 1º Implantar o Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica nas escolas da rede pública estadual de ensino.

Parágrafo único. O projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica será implantado gradativamente, a partir do ano letivo de 2016 no 1º ano do Ensino Médio Regular da rede pública de ensino.

Art. 2º As escolas que não possuem espaço físico para a implantação do projeto deverão estabelecer parcerias com a rede municipal (Portaria nº 680/2016-GAB/SEDUC de 08/03/2016).

O Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica, no município de Alto Alegre dos Parecis, tem seu início no ano de 2016, sua implantação começou pelo 1º ano do Ensino Médio Regular, é um projeto desenvolvido pelo Governo do Estado de Rondônia através da Secretaria de Estado da Educação em parceria com o referido município para atender a demanda de alunos da zona rural que estava sendo afetados com falta de professores. As aulas são ministradas via teleconferência, a partir dos estúdios de televisão localizado no IFRO em Porto Velho, a organização fica a cargo de professores licenciados. As aulas são transmitidas diariamente por satélite em containers transformados em salas.

O projeto está implantado em 4 (quatro) escolas na zona rural. Cada container (sala de aula) está equipado com antena parabólica, roteador, receptor de satélite, microcomputador, TV de 63 polegadas, impressora, estabilizador e ar-condicionado. O projeto funciona com um professor tutor que ministra a disciplina no IFRO em Porto Velho e um professor (Pedagogo) tutor presencial que fica na sala de aula com alunos, sua função é monitorar as atividades da turma durante o ano letivo.



Figura 6 - Container utilizado para as aulas de Mediação Tecnológica.
Fonte: Arquivo do autor. 2019.

O referente projeto tem por finalidade garantir a universalização do ensino a todos os residentes na área rural em consonância com a Constituição Brasileira de 1988 que estabelece no artigo 205 o seguinte: “A educação é direito de todos”, sendo que o ensino, conforme artigo 206, incisos I e VII, será ministrado em “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” com “garantia de padrão de qualidade”.

Em termos de conteúdos curricular, a Mediação Tecnológica está assim estruturada conforme quadro abaixo.

Quadro – 2 Matriz Curricular 1º ao 3º ano do Ensino Médio com Mediação Tecnológica



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

ANEXO ÚNICO

PROFISSIONAL	DISCIPLINA	CH	QUANT.	MESES
Professor	Língua Portuguesa	90	02	06
Professor	Geografia	80	02	05
Professor	Filosofia	40	02	03
Professor	Matemática	80	02	05
Professor	Ed. Física	40	02	03
Professor	Biologia	80	02	05
Professor	Inglês	40	02	03
Professor	Química	80	02	05
Professor	Sociologia	40	02	03
Professor	História	80	02	05
Professor	NBAZ	40	02	03
Professor	Física	80	02	05
Professor	Arte	32	02	03
Coord. Pedagógico Estúdio	Pedagogo/Supervisor	40	01	12
Coord. Pedagógico SEDUC	Pedagogo/Supervisor	40	01	12
Coord. Pedagógico CREs	Pedagogo/Supervisor	40	18	12

Fonte: SEDUC Rolim de Moura. 2019.

A partir do quadro, percebe-se que o único componente curricular que faz menção à realidade, à dinâmica do campo, é a NBAZ – Noções Básica de Agroecologia e Zootecnia, uma obra de caráter didático-pedagógico que embora conhecida pelos professores que trabalham com a Educação do Campo, apresenta algumas incongruências que foram objeto de algumas críticas, necessitando, assim, de adequações e revisões.

Além disso, não há nenhuma disciplina explicitamente que faça menção aos saberes, fazeres, cultura, identidade e a vida dinâmica e real do campo.

Vale ressaltar que o fato de, no quadro, estarem os conteúdos curriculares de Sociologia, Filosofia, História e Arte estão garantidos os conteúdos da vivência da experiência do cotidiano, da sabedoria tradicional, da forma de pensar, do folclore, isto é, do jeito de ser do homem e da mulher do campo.

É sabido que modalidade de Mediação Tecnológica tem sido objeto de profundas críticas por parte de especialistas, de estudiosos vinculados direta ou indiretamente à educação no meio campestre, sobretudo. Entre tantas críticas, é possível, aqui, destacar que nessa modalidade de educação, o aluno se torna um mero receptor de informações e de conteúdos desarticuladas da sua realidade social, cultural, econômica e política, uma educação alheia ao sujeito construtor de sua própria história e libertação, postulante de novas concepções de educação, envolvendo tudo o que o cerca como fator educativo, as lutas, a arte, produção, trabalho e organização social além também da desvalorização do profissional, desemprego.

Denuncia-se também que tal formato de ensino cria-se uma certa dependência nesse caso da energia e internet, a possibilidade de estresse, desenvolvimento de ansiedade.

Mediante a todos esses problemas, ainda temos também alunos com baixo rendimento, impulsionando a evasão escolar, a substituição do caderno por Netbook e só que recebe os aparelhos são os alunos dos 2º e 3º anos ficando os alunos dos 1ºs anos sem receberem os aparelhos, dificultando mais ainda o seu desenvolvimento em sala. Temos ainda tutores de sala que não dão conta de tirar as dúvidas dos conteúdos ensinados até mesmo das atividades, alunos que não conseguem acompanhar as explicações transmitidas do outro lado da tela mesmo sendo bons professores, porém explicam rápido sendo assim fica difícil todos acompanharem as aulas.

5 CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR PARA PROFESSORES QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

A questão da Educação do Campo tem gerado mobilização na comunidade científica, no meio rural, nos sindicatos rurais, nas famílias e nas comunidades, as discussões, os debates provocaram, forçaram uma tomada de decisão por parte de militantes, ativistas, simpatizantes, educadores, professores e universidades genericamente falando, tudo isso levou a única instituição federal de ensino superior, a Universidade Federal de Rondônia –UNIR, a criação

de cursos em nível superior que formam professores para atuarem na Educação do Campo, para atenderem a demanda, a “clientela” rural campesina.

O Campus de Ji-Paraná criou o curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural que, embora relacione-se com a formação de professores indígena, insere-se também na Educação do Campo, seu PPP propõe:

Formar e habilitar professores indígenas em Licenciatura Intercultural para lecionar nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, com vista a atender a demanda das comunidades indígenas nas áreas de concentração: educação Escolar Intercultural no Ensino Fundamental e Gestão escolar, Ciências da Linguagem Intercultural, Ciências da Natureza e da Matemática Intercultural, Ciências da Sociedade Intercultural (PPP do Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural, Campus de Ji-Paraná).

Já no Campus de Rolim de Moura, inicialmente, existiu o curso de Pedagogia da Terra com seu PPP cujos pontos orientadores são:

- Capacitar e habilitar em nível superior educadoras e educadores com competência técnica e compromisso político para atuarem na docência dos anos iniciais do Ensino Fundamental dos assentamentos e acampamentos de Reforma agrária, nas comunidades de resistência e outros espaços de atuação das organizações do campo e nos processos de gestão educacional articulado dialeticamente com o domínio do conhecimento específico das várias áreas de atuação com possibilidade de construir um pensamento pedagógico do campo.
- Buscar equidade e igualdade de oportunidade no acesso à educação de qualidade em todos os níveis de ensino, como direito universal e dever do Estado.
- Contribuir na construção coletiva do projeto sócio-político e pedagógico uma educação do campo que valorize todas as dimensões da vida camponesa e sua práxis social;

Fortalecer as relações entre a Universidade e os Movimentos Sociais na perspectiva de um projeto universitário vinculado à classe trabalhadora no desafio de construir um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil (PPC Curso Pedagogia da Terra, UNIR Campus Rolim de Moura, 2009).

Vale salienta que o curso Pedagogia da Terra se estabeleceu em caráter temporário.

No mesmo Campus, atualmente, funciona o curso de Licenciatura em Educação do Campo cujo PPP assim está estabelecido:

Contribuir para efetivação da inclusão social ao formar professores para os anos finais (segundo segmento) do Ensino Fundamental e Ensino Médio, no caráter de Licenciatura Plena em Educação do Campo, em consonância com a realidade socioeconômica e cultural específica das populações do campo, nas habilitações: Ciências da Natureza e Ciências Humanas e Sociais (PPC Licenciatura em Educação do Campo, Campus Rolim de Moura).

Os cursos citados têm sua vocação voltada para dá respostas à realidade sociocultural do cotidiano campesino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o que foi exposto acima, conclui-se que a Educação do Campo, no referido município, se desenvolveu em várias etapas, inicialmente, como educação rural de forma superficial e incipiente em razão do fato de que tudo estava por si fazer, visto que o próprio Estado estava iniciando o processo de emancipação assim como a cidade de Alto Alegre, respectivamente 1981, 1982 e 1994.

Essa educação foi tomando corpo com o surgimento de documentos oficiais oriundo da SEDUC e Secretaria Municipal de Educação na tentativa de organizar de forma consistente através dos seguintes momentos:

1º Momento. Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, que Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo em Alto Alegre dos Parecis.

2º Momento. Resolução CNE/CEB n.2/2008, que dispõe sobre normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do campo no município de Alto Alegre dos Parecis.

3º Momento. Resolução n. ° 958/11 – CEE/RO, de 16 de novembro de 2011, determina normas de oferta da Educação Básica nas Escolas do Campo no município.

Além disso, compreendeu-se também que inserida entre esses diferentes momentos a formação de professores desenvolvia-se de forma inicialmente precária visto que não existiam professores habilitados, qualificados para essa modalidade de ensino, em seguida, foram propostas algumas ações pontuais por parte das instituições educacionais governamentais no sentido de prepararem professores, educadores, mesmo assim, ficou a desejar tal empenho; outra tentativa de formação foi empreendida desta vez de forma mais consistente com cursos

mais bem planejados, porém, a lacuna de qualificação do docente para a educação do campo permaneceu e permanece ainda.

Os três momentos citados são expressões de uma política pública voltada para a educação do campo que contemplou também organização, produção e distribuição de material didático-pedagógico em apoio ao professor e suporte para o estudante, acrescentando-se a isso o fato de que a formação de professores para essa modalidade de ensino do campo baseava-se no tripé formação inicial, formação continuada e acompanhamento e monitoramento por parte da SEDUC e Secretaria Municipal de Educação.

Ainda na política pública de educação do Campo, a introdução da mediação Tecnológica, conforme quadro acima, não satisfaz, não faz jus à natureza própria da dinâmica étnica, cultural, identitária e tradicional do meio, da sociedade, da comunidade rural, do campo.

Por último, é coerente destacar o importante papel exercido pela instituição de Ensino Superior do Estado de Rondônia, a UNIR, quando idealiza e propõe, através dos PPPs, a criação dos cursos de Interculturalidade, Pedagogia da Terra (extinto) e Educação do Campo respectivamente Campus de Ji-Paraná e Rolim de Moura, contemplando dessa forma professores e alunos que residem no campo abrindo perspectivas de uma educação do campo de qualidade.

ABSTRACT

This work intends to bring notes about the Field Education of the in Alto Alegre dos Parecis/RO, showing some register its introduction and implementation and the relevance that this modality of education exerts for the peasantry. The general objective is to present the Field Education in Alto Alegre dos Parecis, the methodology consisted of a bibliographical reference and visits the schools of the field to collect data and information, in addition, this work includes the following points: Field Education in the State of Rondônia, Education in the Field in Alto Alegre dos Parecis, teacher training, technological mediation, higher level courses for teachers who work in the Field Education in Alto Alegre dos Parecis and final considerations.

KEYWORDS: Field education. Teacher training. Technological Mediation. Higher Level Course.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Gilberto Luiz. KOLLING, Edgar Jorge. CERIOLI, Paulo Ricardo. CALDART, Roseli Salete. **Educação no campo: recortes no tempo e no espaço** (org.). – Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação

do campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 4. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. – (Coleção educação contemporânea).

ARROYO, Miguel Gonzales, CALDART, Roseli Salete, MOLINA, Monica Castagna (Org.) **por uma educação do campo**. 4. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BRASIL, SECADI - **Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão** – Brasília: 2012.

BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação nas Escolas do Campo**. Parecer n. 36/2001 aprovado em 04 de dezembro de 2001. Brasília, 2001.

_____. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - **Educação do Campo: marcos normativos**/Secretaria de Educação.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, 2010.

CASTAGNA, Mônica. JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo** (org.) Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5

CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, que Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: **DIFERENÇAS MUDANDO PARADIGMAS**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), 2007.

Res. n. 958/11 - CEE/RO. Fixa normas para a oferta da Educação Básica nas Escolas do Campo pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino de Rondônia.

RONDÔNIA, Governo do Estado de. Lei nº 3.846 de 4 de julho de 2016. Institui o Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica no âmbito da Secretaria de Estado da educação e dá outras providências.

PORTARIA Nº 680/2016–GAB/SEDUC Porto Velho, 08 de março de 2016.

PORTARIA Nº 1334/10–GAB/SEDUC Porto Velho, 15 de dezembro de 2010.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP (Curso Licenciatura em Educação do Campo). Universidade Federal de Rondônia Campus Rolim de Moura/UFRO, 2014.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP (Curso Licenciatura em Educação Intercultural) Universidade Federal de Rondônia Campus Ji-Paraná/UFRO, 2008.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP (Curso Licenciatura Pedagogia da Terra)
Universidade Federal de Rondônia Campus Rolim de Moura/UFRO, 2007.

PNUD – Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (2007).

MOLINA, Mônica Castagna. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão.** – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MOLINA, Mônica C. Edgar J. KOLLING, Irmão NÉRI, (org.) **Por uma educação básica do campo** (memória). Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo” 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 1

MASSON, Giseli. **As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais.** IX ANPED, 2015. Disponível em [9www.ucs.br/etc/conferencias/index.php](http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php). Acesso em 17/06/201.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RESOLUÇÃO CNE/CEB1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

SANTANA, Everaldo Lins de; GONÇALVES, J. A.; ALVES, Luciano Souza de; GONÇALVES, Sinval Antonio. **Um Município Chamado Alto Alegre dos Parecis.** 1. ed. Rolim de Moura - RO: Designer Gráfica, 2012. 170p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência.** Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a02v52s1.pdf>